

who wishes to understand the chronological achievement of print media has a golden opportunity of reading through *The Written World* by Martin Puchner. In conclusion, *The Written World* is an exact definition of a delightful narrative that features a chronological stream of writing technologies, evolution or printing press, and the book chronicles that shape people, their social life, economics, politics, religion, and commerce. It achieves this by showcasing how literature has turned planet Earth into an exceptionally written world. For that reason, it is recommendable to any reader who loves unearthing the foundation pillars of various literature innovation and publication present in the contemporary world.

See also PUCHNER, Martin (2018). “Martin Puchner Explains The History Of The Written World”. *Youtube*. Accessed 28.7.2018 in <https://www.youtube.com/watch?v=4b2a9YbwBIQ>.

*Erik Van Achter*

<https://orcid.org/000-0001-9987-2340>

[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_9\\_16](https://doi.org/10.14195/2183-847X_9_16)

**D. BEATRIZ DE PORTUGAL, A INFANTA ESQUECIDA (1504-1538)**

**ANA ISABEL BUESCU**

**Barcarena: Manuscrito, 2019**

**271 páginas. ISBN 978-989-8871-73-2**

1. O objetivo da obra que agora se publica é bem claro: resgatar do esque-

cimento uma figura do nosso século XVI. Trata-se da infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel e D. Maria de Aragão, que, por força do “mercado de casamentos” que então vigorava nas cortes europeias, saiu do Reino aos 16 anos para casar com Carlos II, Duque de Saboia.

Pelas características que apresenta, a biografia em apreço pode aproveitar a um conjunto alargado de leitores, desde o simples interessado por temas de história cultural até ao estudioso do Quinhentismo. Para os apreciadores de literatura dessa época, por exemplo, D. Beatriz é relacionável com uma peça de teatro: *Cortes de Júpiter*, auto composto por Gil Vicente em 1521, justamente para assinalar a partida da jovem para a corte de Saboia. Três séculos depois, em 1838, Almeida Garrett empenhado em refundar o teatro português, viria a escrever e a encenar *Um Auto de Gil Vicente*, aproveitando ainda as circunstâncias que envolvem a viagem de D. Beatriz.

No auto quinhentista, a infanta é uma figura externa. A sua partida e o aparato que lhe é inerente parecem servir apenas para representar uma corte onde a jovem deixa saudades. De tal forma que, em alguns casos, os cortesãos e outras figuras são *transformados* em peixes que vão acompanhando a armada ao longo da viagem. Enganam-se porém os que pensam que a peça vicentina se esgota no divertimento celebrativo, que faz lembrar os cortejos marítimos e os momos medievais.

Como sempre acontece, o dramaturgo de D. Manuel aproveita a situação para insinuar críticas de vários tipos. Não identificamos completamente o motivo que levou o dramaturgo a representar Garcia de Resende em forma de peixe tamboril. É mais fácil compreender a razão pela qual os cônegos da Sé são transformados em toninhas, apontados como animais predadores de sardinhas (disfarce reservado às varinas).

Já no caso do drama garrettiano, existe uma intriga, na qual a infanta é personagem-chave. Na linha de uma suposição efabulada no século XVII por Manuel de Faria e Sousa, Beatriz teria despertado em Bernardim Ribeiro um amor desesperado. Esse mesmo poeta é por sua vez, amado em silêncio por Paula, filha de Gil Vicente. Num ato de desespero, o apaixonado consegue aceder à nau, ainda fundeada no Tejo, para se despedir da infeliz infanta que parte muito contra a sua vontade. Logo depois, ao que tudo indica, o poeta suicida-se romanticamente, atirando-se à água.

O leitor de Gil Vicente e de Garrett tem assim, desde logo, motivos bastantes para se aproximar da biografia agora publicada por Ana Isabel Buescu. Pode sentir curiosidade em avaliar a distância que existe entre essa mesma realidade e a imaginação dos dois escritores, por exemplo. E se é certo que nas *Cortes de Júpiter* o conteúdo dramaturgicamente não colide com os factos, o drama de Garrett vive de uma elaborada trama ficcional. Para além da verdade histó-

rica, aqui limitada a um esbatido pano de fundo, o escritor oitocentista vai servir-se de dois protagonistas: Paula, que colabora com o pai nos preparativos da estreia de *Cortes de Júpiter*, e Bernardim Ribeiro, o autor de *Menina e Moça*. De Paula Vicente pouco se sabe, o que permite a Garrett uma fantasia quase ilimitada no plano das emoções; no caso de Bernardim, Garrett tem caminho ainda mais livre para explorar a aura de mistério que sempre envolveu o autor e a própria obra, abrangendo não apenas a novela mas também a lírica (églogas e sextina). De resto, os biógrafos de Bernardim convergem na evocação de tragédias, perseguições, atos de alienação e desespero.

O livro de Ana Isabel Buescu destaca-se pela clareza, pelo rigor, atributos que um leitor não especialista agradece de forma particular. Esse cuidado cria inclusivamente em quem lê a agradável sensação de ser conduzido, por mão segura e paciente, ao interior dos compartimentos que integram o edifício cultural da época: o ambiente da civilidade cortesã, as práticas devocionais e as tensões políticas que acabam por ditar o consórcio entre a filha de D. Manuel e o representante de uma linhagem que vivia momentos difíceis nos planos financeiro e político. A historiadora não ignora as muitas derivações da história que nos conta; mas tem o cuidado de nunca abandonar o fio cronológico que vai do nascimento da infanta, ocorrido a 31 de dezembro de 1504, até à sua morte, verificada aos

33 anos, na sequência do seu décimo parto.

Para além dos factos linearmente narrados, o leitor pode ter acesso a 982 notas suplementares. Nelas se encontra a identificação de fontes, se fundamentam e aprofundam aspetos que permanecem controversos ou se alarga a informação a questões que, embora importantes, não cabem na linearidade narrativa. Às Notas seguem-se três quadros genealógicos explicitando as múltiplas e complicadas ramificações familiares que envolviam as principais monarquias da Europa. Finalmente, ao longo de quinze páginas, a biógrafa dá conta honesta de um extenso elenco de “Fontes e Estudos”, que incluem livros e artigos em várias línguas, versando matérias que podem ir da história de arte, à história política e religiosa, sem esquecer a própria história literária.

2. Há apenas quatro décadas, nos estudos literários, a informação histórico-biográfica era tida por irrelevante ou mesmo perturbadora da aproximação “científica” que supostamente apenas se devia ao texto. Para anedotizar o binómio vida/obra era muitas vezes invocado o trabalho a que Anselmo Braamcamp Freire se consagrara durante anos e que, em 1919, culminou com a publicação da obra intitulada *Gil Vicente, trovador mestre da balança*. Afinal, dizia-se, a enorme pesquisa de arquivo levada a cabo por aquele investigador tinha conduzido a um resultado bem exíguo e desinteres-

sante: o de que Gil Vicente, o autor dos autos, era também o ourives que tinha desenvolvido a sua atividade ao serviço de D. Manuel e D. Leonor de Lencastre (o mesmo que era dado como autor da célebre custódia de Belém).

Neste caso como em outros que são atingidos pela redução caricatural, a verdade é bem outra: um século depois da publicação desta imensa monografia, os vicentistas ainda a procuram em bibliotecas e alfarrabistas. Não tanto já para se posicionarem perante essa duvidosa coincidência de identidades artísticas mas para aferirem e validarem outro tipo de informação que a obra também fornece, com apreciável base documental: datas de representação (que, em Gil Vicente, podem condicionar o sentido dos autos), fluxo editorial, censuras de vários tipos, etc. Por meados do século XX, o modelo da biografia que explica a obra vai conhecer amplo desenvolvimento dando origem a coleções de sucesso, que abrangiam os mais importantes escritores do cânone. Nesta linha destacaram-se os grossos volumes dedicados por João Gaspar Simões a Eça de Queirós e a Fernando Pessoa, reconstituindo cada passo da vida dos escritores e lendo depois a obra em função de vicissitudes aparentemente menores.

Apesar de ainda hoje haver leitores para um e outro tipo de monografias, é necessário dizer que nem a ética factualista e documental que prevalecia no tempo de Braamcamp Freire nem a elucubração psicologista de Gaspar

Simões que se estendeu até aos anos 60 do século passado se encontram hoje em recuperação. Ninguém que trabalhe com textos literários em ambiente académico defende o historicismo determinista e ingénua tal como era praticado até meados do século XX como ninguém proclama a necessidade de acrescentar ficção pura àquela que constitui a natureza das próprias obras literárias.

O que parece estar em curso é uma reintegração moderada e criteriosa da informação histórico-cultural. Ao contrário do que antes sucedia, o recurso ao contexto não serve já para identificar um sentido linear e taxativo mas para proceder ao aprofundamento dos muitos sentidos que povoam a obra literária, tantas vezes em registo de indeterminação.

Nesta perspetiva, o estudioso da literatura portuguesa do século XVI não pode deixar de seguir com atenção e gosto os resultados mais recentes da historiografia que incide sobre este mesmo período. Quem estuda e ensina a literatura portuguesa do século XVI encontrou sempre ajuda preciosa na leitura de historiadores como José Sebastião da Silva Dias, Vitorino Magalhães Godinho ou Jean Aubin. Hoje, porém, é convidado a manter-se atento a outros trabalhos situáveis na mesma linha de utilidade e pertinência. Destaco João Paulo Oliveira Costa, Vítor Serrão, Maria Augusta Lima Cruz, Ivo Carneiro de Sousa, Isabel de Sá, Isabel e Paulo Drumond Braga,

Luís Filipe Thomaz, Diogo Ramada Curto, José Manuel Garcia ou Isabel dos Guimarães Sá, para citar apenas autores de obras mais recentes, quase sempre centradas no itinerário biográfico de reis, rainhas ou personalidades marcantes do nosso Quinhentismo.

3. A estes últimos há justamente que acrescentar, em posição cimeira, o nome de Ana Isabel Buescu, que já antes tinha consagrado estudos modelares a D. João III e a sua mulher D. Catarina.

Nesta obra, em particular, o leitor encontra informação extensa, colhida em fontes variadas (algumas das quais bem pouco exploradas até agora); e encontra ainda interpretações de rigor, prudência e notável bom senso. Tratando-se de uma biografia integrada, a obra colige e mobiliza um amplo volume de dados, abrangendo não apenas as vicissitudes políticas (nacionais e internacionais) como os protocolos artísticos próprios da sociabilidade cortesã. Se já sabíamos, por exemplo, que a partida de D. Beatriz para o Piemonte tinha sido motivo para que Gil Vicente tivesse escrito, encenado e ajudado a representar as *Cortes de Júpiter*, ficamos agora a conhecer muito melhor as condições em que ocorreu essa partida. Ficamos a saber sobretudo que ela foi aparatosa e exaltante nas dezasseis velas que a compunham; mas foi dramática do ponto de vista humano, mesmo tendo em conta as coordenadas mentais da época. Tomamos igual-

mente conhecimento da numerosa e variada comitiva que embarcou e do impressionante dote que resultou das negociações matrimoniais. Num outro plano, somos informados, com segurança e pormenor, do ambiente que rodeou a educação da infanta, moldando a sua piedade franciscana. Esse tipo de educação, que é comum às cortes ibéricas, vai ter ecos em toda a sua atuação política enquanto duquesa; vai inclusivamente repercutir-se no seu testamento, ditado em 29 de novembro de 1537, poucos dias antes de dar à luz pela última vez.

Após a leitura de uma obra como esta ficamos com muito mais elementos para apreciar as obras literárias daquele período (e não apenas aquelas que são relacionáveis com a infanta). Temos nomeadamente a possibilidade de ir além dos estereótipos que circulam sobre os meandros da vida cortesã, configurando uma ideia menos simplista sobre o que era a corte que Gil Vicente serviu, incluindo a sua dimensão, os seus hábitos (bastante afastados daqueles que D. Beatriz viria a encontrar na corte de Saboia). Somos inclusivamente informados do ambiente que caracterizava um segmento tão importante como era a casa da rainha, da qual Gil Vicente se encontrava próximo. Este conjunto de referências ajuda inclusivamente a compreender o alinhamento doutrinal e político do dramaturgo, não apenas no auto que compôs a propósito da partida de D. Beatriz mas em muitos outros.

Podemos assim dizer-se que o maior mérito deste livro é o de nos ajudar a formar uma ideia mais sólida do que era o meio em que Gil Vicente desenvolveu a sua atividade. E esse não é um contributo menor para quem estuda o conjunto da obra vicentina ou para quem trabalha na literatura produzida no século XVI em geral. Falo naturalmente de uma compreensão alargada e aprofundada, guiada pela curiosidade liberal e descomprometida, que deve preceder a fixação em objetivos específicos de estudo.

Numa perspetiva mais global, pode ainda dizer-se que livros como este, escritos por especialistas para leitores que o não são, servem de contrapeso à excessiva fragmentação disciplinar que vem afetando as Humanidades. Embora preocupando-se centralmente com os textos, o estudioso da literatura não pode continuar a ceder à tentação cómoda de a eles limitar o seu interesse. Tendo presentes os elementos que a historiografia vem apurando, o estudioso de Gil Vicente (e também de Bernardim, Sá de Miranda ou Camões) sente-se estimulado a formular novas perguntas aos textos sobre os quais trabalha.

Registe-se ainda que o efeito pode e deve ser recíproco. Do mesmo modo que a historiografia deve ser reconhecida como disciplina indispensável para quem estuda literatura, quem se ocupa de textos literários produz um saber que é útil aos historiadores. Afinal, os escritores cultivam e produzem

uma forma única de conhecimento que, sendo difícil de identificar e circunscrever, se revela indispensável. Sabemos que há historiadores que menosprezam a produção literária. Sabemos ainda que outros a convocam ocasionalmente embora esquecendo a sua especificidade. É necessário corrigir esta situação. Tal como o conhecimento do contexto ajuda à boa exegese dos textos, também o circuito inverso se deve cumprir: a análise e a interpretação das obras literárias no quadro que lhes é próprio ajuda ao estabelecimento de uma visão integrada e plural dos fenómenos humanos de qualquer época.

*José Augusto Cardoso Bernardes*

<https://orcid.org/0000-0002-8019-2465>

[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_9\\_17](https://doi.org/10.14195/2183-847X_9_17)

**CARTAS DE PROPOSTA E DE RESPOSTA.  
CORRESPONDÊNCIA COMPLETA ENTRE  
O PADRE ANTÓNIO VIEIRA E O  
MARQUÊS DE NISA**

**CARLOS MADURO (ORG.)**

**Santa Maria da Feira: Edição do autor, 2017  
360 páginas. ISBN 9781549656774**

O livro *Cartas de Proposta e de Resposta. Correspondência Completa entre o Padre António Vieira e o Marquês de Nisa* organizado por Carlos Alberto de Seixas Maduro é mais um estudo fundamental para os estudos de epistolografia e expressa uma contribuição decisiva para a atualização do epistolário de António Vieira.

Doutor em Literatura Portuguesa, professor do quadro do Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira, investigador e escritor, finalista do prémio *Leya* 2008, Maduro dá continuidade a um projeto iniciado em 2000, proposto e orientado ao longo de uma década por Aníbal Pinto de Castro. Deste trabalho resultou a defesa de uma tese de doutoramento, publicada com o título de *As artes do não-poder. Cartas de Vieira: um paradigma da retórica epistolar do barroco* (2012), e a coordenação geral do tomo I da *Obra Completa do Padre António Vieira*, volumes relativos à epistolografia, publicada pelo Círculo de Leitores (2016). Partindo da mesma linha de investigação, a presente edição é uma resposta a outras leituras académicas.

No palco barroco do mundo, eis que encontramos o Padre António Vieira escrevendo cartas aos seus destinatários, correspondendo-se com personalidades situadas num tempo e numa história mundana. Um dos méritos do livro é justamente de dar-nos a conhecer a resposta do destinatário, que aqui não se trata de uma personagem anónima, mas de uma figura histórica: o ilustre embaixador Marquês de Nisa, D. Vasco Luís da Gama. Personagem emblemática da cultura portuguesa, epistológrafo competente a quem não tem sido dada a devida atenção.

No século XVII, ao contrário da magistratura de carreira, os diplomatas eram escolhidos pelo perfil e fidelidade ao seu rei. Não havia normas rígidas de